

REFORMA TRABALHISTA

GOVERNO QUER JORNADA DE TRABALHO FLEXÍVEL

Projeto quer valorizar negociações coletivas de empresas e sindicatos

✎ **BEATRIZ SEIXAS**
bseixas@redgazeta.com.br

Até o final deste ano, o governo federal pretende enviar ao Congresso Nacional as propostas para mudar a legislação trabalhista. Nos planos da equipe do presidente interino Michel Temer está a instituição de jornada de trabalho e salário flexíveis, regulamentação da terceirização e tornar permanente o Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

Ontem, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou que a ideia é valorizar a negociação coletiva, ou seja, dar mais poderes para empresas e sindicatos definirem quais as melhores regras para reger a relação trabalhista. Na prática, as partes poderão acordar um aumento da carga horária dos trabalhadores e a redução dos vencimentos das categorias sem ferir nenhuma lei.

“A nossa legislação trabalhista é da década de 40, quando o trabalhador ia para uma planta de fábrica cumprir jornada de trabalho. Na década de 70, novas atividades econômicas foram incorporadas na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A CLT virou uma colcha de retalhos que permite interpretações subjetivas”, justificou Nogueira.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu ontem a aprovação ainda neste ano pelos deputados da proposta de mudanças.

De acordo com o ministro, a reforma tem o objetivo de tornar a legislação mais simples e clara. E, ainda segundo ele, não permitirá o parcelamento das férias e do 13º salário. Nogueira garantiu que a reforma vai ser feita sem retirar os “direitos básicos” dos trabalhadores. “O trabalhador não vai ter nenhum prejuízo com a atualização”, declarou.

Outro assunto tratado



Trabalhador em agência de encaminhamento: panorama muda regras no mercado

FÁBIO VICENTINI - 30/12/2004

A REFORMA TRABALHISTA PROPOSTA PELO GOVERNO



▼ Flexibilização

O governo federal é favorável à flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A ideia é prestigiar as convenções coletivas para decisões sobre jornada e de salário. Mas o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, garante que a reforma trabalhista não vai possibilitar o parcelamento de férias e 13º salário.



▼ Proteção ao Emprego

O Ministério do Trabalho quer tornar o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) uma política permanente. Criado em 2015, o plano visa à preservação de postos de trabalho em períodos de crise com a redução de salário e jornada. A adesão das empresas ao PPE pode ser feita até o fim deste ano e o programa ficaria em vigor até o fim de 2017.



▼ Terceirização

O governo quer regulamentar a terceirização no país. Será criado um grupo para definir o que são serviços especializados e que poderão ser terceirizados em contratos específicos. Entre as justificativas da equipe do presidente Michel Temer para aprovar a pauta estão combater a informalidade e dar garantias aos trabalhadores.

pelo titular da pasta foi a terceirização. Nogueira disse que o governo quer “aperfeiçoar” o projeto que trata da terceirização, já aprovado pela Câmara e que está no Senado. Ele explicou que será criado um grupo de trabalho para definir o que são serviços especializados e que poderão ser terceirizados em contratos específicos.

Sobre o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), o Ministério do Trabalho informou que será enviado um projeto de lei para torná-lo uma política permanente. Atualmente, o plano – que visa à preservação de postos de trabalho em períodos de crise com a redução de salário e jornada dos trabalhadores – tem previsão de vigorar até o fim de 2017, com possibilidade de adesão das empresas até o final deste ano.

Para o advogado empresarial Leonardo da Motta, as propostas apresentadas vão representar um avanço. “A necessidade de flexibilização é evidente. Nossa legislação já está ultrapassada”, frisa, ao ponderar que a mudança não pode servir de pano de fundo para precarizar as condições de trabalho.

Mesmo com o discurso de manutenção de direitos, o professor da FDV e doutor em Direito Carlos Henrique Bezerra Leite contesta sobre como isso acontece na prática. “O problema todo que a flexibilização pretendida pela classe empresarial, que tem o argumento de elevar a competitividade e impedir o desemprego, implica sempre em aumento da jornada e redução de salários. O que implica, consequentemente, na redução das conquistas sociais alcançadas”.

O advogado José Carlos Rizk Filho também faz ressalvas. “O avanço da terceirização é um grande retrocesso. Hoje, nossas experiências com atividades-meio não são muito boas”.

O QUE ELES DIZEM



“O trabalhador não vai ter nenhum prejuízo com a atualização das regras trabalhistas”

RONALDO NOGUEIRA
MINISTRO DO TRABALHO



“Trabalhadores e empregadores têm que ter bom senso de saber que reduzir salários atenta contra o próprio modelo capitalista”

CARLOS HENRIQUE BEZERRA LEITE
JURISTA



“A reforma tem que vir de maneira permanente, assim como acompanhada da reforma tributária”

LEONARDO DA MOTTA
ADVOGADO EMPRESARIAL